

O que é “guerra híbrida”? Notas para o estudo de formas complexas de interferência externa

What is “hybrid war”? Notes for the study of complex forms of foreign interference

Rev. Bras. Est. Def. v. 9, n. 1, jan./jun. 2022, p. 229–254

DOI: 10.26792/RBED.v9n1.2022.75282

ISSN 2358-3932

BENNO WARKEN ALVES
BRUNO VIEIRA DE MACEDO
LUCAS ROAHNY

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a existência e a especificidade das “guerras híbridas” emerge no debate público no ano de 2014, na esteira dos eventos políticos na Ucrânia que levaram à queda do governo de Viktor Yanukovitch e à anexação da península da Crimeia pela Rússia. Antes disso, porém, o tema já era objeto de discussão em círculos acadêmicos e militares desde pelo menos o final dos anos 1980, sob nomes variados: “guerra informacional”, “guerra em rede”, “guerra de quarta geração”, dentre outros (Lind et al. 1989; Arquilla and Ronfeldt 2001).

Em meados dos anos 2000, o termo “guerra híbrida” se consolida perante as variantes elencadas acima, afirmando-se como ferramenta analítica para enquadramento dos conflitos não lineares e assimétricos. Esse processo foi fruto de esforços teóricos empreendidos por estrategistas militares norte-americanos que se debruçaram sobre técnicas não convencionais de confronto armado adotadas por insurgentes no Afeganistão e no Iraque. Além disso, os desdobramentos da incursão militar israelense no

Benno Warken Alves — Benno Warken Alves é servidor público federal. É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná, mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Foi pesquisador visitante no departamento de História da Universidade de Nova York e fellow no Institute for Critical Social Inquiry da New School, em Nova York.

Bruno Vieira de Macedo — Bruno Vieira de Macedo é servidor público federal. É mestre e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Egresso do Curso Superior de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra.

Lucas Roahny — Lucas Roahny é servidor público federal e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná.

Líbano, no ano de 2006, em especial no que se refere à resistência armada oposta pelo Hezbollah, também contribuíram para uma melhor definição sobre a natureza e o escopo da guerra híbrida (Hoffman 2007).

Não obstante seu longo histórico, até a ocorrência da mencionada crise política ucraniana, a temática dos conflitos não lineares pouco ultrapassara os limites do ambiente acadêmico. Contudo, de 2014 em diante, observa-se a recorrência de menções mais amplas a uma suposta “guerra híbrida” em curso no território ucraniano, que estaria sendo promovida pela presença velada de unidades militares russas na região leste do país.

O processo de reverberação do tema intensificou-se com a realização da Cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no País de Gales, nos dias 04 e 05 de setembro de 2014 – a primeira cúpula da entidade após a anexação russa da Crimeia. Chamou a atenção o fato de a declaração final do encontro ter frisado a necessidade de assegurar à OTAN meios para responder aos “desafios específicos postos pela ameaça da guerra híbrida, na qual uma ampla gama de ações militares, paramilitares e civis, tanto ostensivas quanto encobertas, é empregada de maneira altamente integrada” (Organização do Tratado do Atlântico Norte 2014; tradução nossa).

O transbordamento do conceito de guerra híbrida do terreno acadêmico ao político suscita questionamentos quanto à precisão de seu significado e sua utilidade heurística. Seu emprego na mídia e entre autoridades governamentais para caracterizar a forma de atuação russa no conflito ucraniano levanta dúvidas quanto a sua “politização”, fato que geraria prejuízos à utilização analítica do conceito. Nesta perspectiva, guerra híbrida significaria, cada vez mais, um conjunto de ações orquestradas pelo Kremlin para a desestabilização do Ocidente (Reisinger and Golts 2014).

A exploração do potencial heurístico da guerra híbrida perante o cenário atual de segurança global exige uma delimitação do que se entende pelo conceito, evitando tomá-lo como algo dado e intuitivo. Buscando contribuir para o debate sobre a análise dos conflitos assimétricos e, sobretudo, visando superar a escassez de referências sobre o tema em língua portuguesa, este artigo pretende: esmiuçar as origens do conceito de guerra híbrida; analisar diferentes sentidos atribuídos ao termo; e, por fim, elencar possíveis respostas estatais com vistas à neutralização das ameaças advindas de uma campanha híbrida. Em suas conclusões, o artigo sintetiza como o estudo do caso brasileiro pode ser relevante para o futuro desta agenda de pesquisa.

CIRCUNSCREVENDO O CONCEITO

O conceito de guerra híbrida, pela própria natureza de seu segundo termo, parece ora se aproximar, ora se distanciar daquilo que pode ser en-

tendido por guerra “convencional” (*i.e.*, confronto armado entre um Estado e outra entidade, estatal ou não). Como se verá adiante, essa relação pendular é o que torna o conceito fecundo para a análise da assimetria que caracterizaria a essência dos conflitos contemporâneos. Todavia, ela também está na origem das frequentes imprecisões a que o conceito de guerra híbrida se sujeita. Quando muito próximo do conflito bélico, não estaríamos diante de um cenário de guerra *stricto sensu*? E quando distante, não seria mais produtivo enquadrar certos fenômenos como exemplos de pressão política ou exercício do *soft power*?

Argumentamos que a inserção da guerra híbrida como uma categoria intersticial, posicionada entre a guerra convencional e outras ferramentas de projeção de poder, permite uma melhor compreensão das estratégias de atuação externa à disposição dos Estados. A relação pendular que a guerra híbrida mantém com os polos da política e da guerra ilumina um fato óbvio, mas frequentemente ignorado: na consecução de objetivos de política externa, potências globais e regionais utilizam-se de pressão diplomática, formas de cooptação política ou ideológica, financiamento de grupos opositoristas, apoio logístico à insurgência armada e emprego velado de unidades militares *conjuntamente*. Tais medidas não pertencem a domínios ontologicamente distintos, mas estão disponíveis para potencialmente se combinar e serem empregadas em associação umas com as outras.

Isso não significa que *todas as opções estão na mesa* para a consecução de todo e qualquer objetivo nacional que envolva o campo externo. Contudo, quando autoridades passam a considerar o emprego conjunto das capacidades estatais elencadas acima em um mesmo cenário, então já se adentra no terreno da guerra híbrida. Nesse sentido, entendemos a guerra híbrida não como uma nova forma de embate militar, mas antes como uma estratégia abrangente de atendimento a objetivos de política externa por um Estado, o qual disponibilizaria meios bélicos e não bélicos para controlar um cenário de antagonismo no qual a escalada conflitiva pode transitar, gradativamente, do campo político ao militar (Lanoszka 2016, 178).

Tendo em vista que a *ultima ratio* da guerra híbrida é o confronto armado propriamente dito, resta investigar como este fenômeno pode ser enquadrado no pensamento estratégico-militar. Embora o emprego de unidades militares possa não vir a ocorrer, um cenário de guerra híbrida plausível deve ao menos contemplar a perspectiva de uso da força pela parte agressora ou ameaça de seu emprego, em caso de escalada do conflito (Wither 2016, 80). De acordo com William Lind (1989; 2004), uma constelação de fatores políticos, tecnológicos e socioculturais tem ampliado progressivamente o escopo dos conflitos armados. Desde pelo menos o advento das insurgências de base islâmica em meados da década de 1970, observa-se

um aumento nas guerras prolongadas e de baixa intensidade, travadas em campos de batalha cada vez mais difusos e dispersos. Estes, por sua vez, tendem a englobar domínios antes não encarados como inerentes aos confrontos armados. Binarismos como “paz/guerra”, “civil/militar” se apagam ou se tornam de difícil distinção na medida em que os *fronts* de batalha não são mais somente físicos, mas também culturais, econômicos e informacionais (Lind et al. 1989, 23).

Essa ampliação do escopo da guerra é rotulada por Lind como “guerra de quarta geração”. Sua característica principal advém da diminuição do peso das forças armadas tradicionais como meio de obtenção de ganhos políticos ou estratégicos. Contudo, antes de representar o ocaso das forças armadas, esta mudança geracional conduziria à reestruturação de doutrinas de defesa e segurança adotadas pelos Estados.

Ainda mais importante, porém, é a própria possibilidade de se contornar a projeção de poder bélico. Nesta modalidade de conflito, os esforços para reduzir danos e perdas não se desenrolam somente mediante inovações logísticas e operacionais, mas buscam alternativas nos domínios da sociedade e da cultura (Lind et al. 1989, 24). Campanhas de propaganda adversa e apoio à formação de grupos de “quinta coluna” receptivos a elas passam a conformar as preocupações dos serviços de inteligência e das forças de operações especiais, buscando-se obter vantagens estratégicas sem a necessidade de escalada para o confronto armado direto.

O advento das técnicas militares de quarta geração pode ser relacionado, por um lado, às vantagens inerentes em comparação às estratégias tradicionais e, de outro, a questões estruturais do sistema internacional contemporâneo. No primeiro polo encontra-se a economia de recursos vinculada à preferência por meios não bélicos de intervenção no campo externo; há, além disso, uma menor suscetibilidade do público doméstico em rechaçar uma política externa que, embora agressiva, mostre-se de baixo custo em termos de vidas em risco. No que se refere ao segundo polo, a atuação indireta (ou velada) em cenários de conflito fornece cobertura a eventuais questionamentos de ingerência em assuntos internos ou outras formas de afronta à soberania dos Estados à luz do direito internacional.

Constata-se, pois, que a discussão sobre a guerra híbrida pode ser enquadrada em um debate mais amplo – e por certo não esgotado neste texto – sobre a natureza dos conflitos armados contemporâneos. Com efeito, a proximidade entre o que foi discutido na seção anterior sob o rótulo de guerra híbrida e a atual exposição sobre a guerra de quarta geração é grande. Todavia, há também diferenças significativas entre ambos os conceitos, sobretudo quando consideramos a literatura produzida fora do eixo euro-americano. Destaca-se, nesse sentido, a reflexão russa sobre o assun-

to,¹ com foco nas estratégias e medidas não bélicas, anteriores à escalada militar em cenários de conflito assimétrico.

Afirmamos, ainda na introdução, que a consolidação do conceito de guerra híbrida como ferramenta de análise de conflitos assimétricos ocorreria em meados dos anos 2000. Reflexões no *establishment* militar norte-americano oriundas dos desafios enfrentados nas guerras do Afeganistão e do Iraque permitiram que se desse um sentido comum à ideia de guerra híbrida: conflitos não lineares, travados de forma assimétrica, nos quais métodos militares convencionais são mesclados a táticas de combate irregular.

Paralelamente a isso, porém, analistas e estrategistas russos refletiam sobre outro importante fenômeno geopolítico que se desenrolava nas fronteiras da antiga União Soviética: a transição de regimes no Leste Europeu e na Ásia Central. A percepção de autoridades russas quanto a uma maior assertividade norte-americana no espaço pós-soviético, encaminhada por intermédio de ações encobertas ou de mobilização de nacionais dos próprios países-alvo, está na origem de uma concepção mais abrangente de guerra híbrida a ser trabalhada a seguir, com forte ênfase em métodos e estratégias não militares.

Entre 2003 e 2005, a Rússia sofreu uma série de revezes em seu entorno estratégico, com perda significativa de influência sobre nações que, mesmo após o colapso soviético, permaneciam representando anteparos de contenção à influência ocidental. As transições de regime na Geórgia (2003), Ucrânia (2004) e Quirguistão (2005) assumiram a forma de mobilizações da sociedade civil contra lideranças “autocráticas”, percebidas por parcela da sociedade nacional como representantes do antigo *status quo*. Cunhou-se, então, o conceito de “revolução colorida” para se referir a tais processos de mobilização política ancorados em uma simbologia pátria reimaginada.

Tendo em vista a participação de atores estrangeiros – norte-americanos, notadamente – nas transições de regime supramencionadas (Sussman and Krader 2008), tanto de forma velada quanto ostensiva, a ameaça de *regime change* no espaço pós-soviético passou a integrar a agenda securitária russa. Como será visto à frente, a importância da temática cresceu a partir dos desdobramentos da chamada “Primavera Árabe”, entre os anos de 2010 e 2012. A deterioração das condições políticas na Líbia e na Síria despertou o alerta entre autoridades do Kremlin sobre uma possível ampliação do escopo de atuação dos Estados Unidos, com crescente incorporação de alternativas militares não convencionais, que se alinhariam aos tradicionais meios de intervenção político-diplomática (Berzina 2014, 12).

A consolidação desta visão integrada entre a atuação política e a militar veio a público em maio de 2014, durante a terceira edição da Conferência de Segurança Internacional de Moscou (MCIS, na sigla em inglês). No

decorrer do evento, autoridades do Estado russo expuseram tese em que anunciavam uma crescente imbricação entre formas de ingerência política e emprego de forças militares, estratégia que estaria sendo largamente utilizada pelos Estados Unidos para capitanear mudanças de regime político em países não alinhados. Na ocasião, Valery Gerasimov, chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas russas, nomeou a abordagem como sendo uma “técnica adaptativa de emprego da força militar”; nela, gradativamente, meios de pressão não bélicos seriam substituídos ou vinculados à mobilização de unidades militares. Segundo Gerasimov, a sofisticação das formas de ingerência em assuntos internos e a violação da soberania dos Estados implícita a essa abordagem representaria um dos principais desafios securitários contemporâneos.²

Em 2015, pouco após a realização da 3ª MCIS, o analista político russo-americano Andrew Korybko publica monografia (2018 [2015]) na qual discorre sobre a “abordagem indireta adaptativa”, subjacente à política externa norte-americana, a qual objetivaria a desestabilização e derrubada de regimes não alinhados. A essa ideia — uma clara referência à tese exposta por Gerasimov anteriormente —, Korybko dá o nome de “guerra híbrida”. Como o autor procurou demonstrar em análises mais recentes (Korybko 2017), tal abordagem tem sido recorrentemente empregada com o objetivo específico de sabotar iniciativas transnacionais com potencial para reforçar a multipolaridade nas relações entre os Estados.

O trabalho de Korybko é importante porque nos fornece um quadro teórico integrado que permite analisar padrões mais assertivos de atuação externa. Entendemos a guerra híbrida precisamente como essa estratégia “adaptativa” de emprego de poder, na qual os Estados visam controlar a escalada conflitiva dosando recursos bélicos e políticos na consecução de seus objetivos.

A releitura da guerra híbrida para além da inovação no campo militar³ é sistematizada por Korybko mediante a distinção de duas fases. Tem-se, primeiramente, a fase político-informacional, na qual atores estrangeiros mobilizam recursos para financiar, assessorar ou mesmo estruturar movimentos de oposição política com vistas à troca de regime (“revolução colorida”). Em caso de fracasso dessa estratégia, a segunda fase caracteriza-se pela possibilidade de escalada do conflito para formas assimétricas de combate armado (Korybko 2018 [2015] 13). Haveria preferência pelas modalidades menos diretas de envolvimento, como o treinamento militar ou o apoio logístico a movimentos autóctones de insurgência (Korybko 2018 [2015] 73). Todavia, cenários de guerra híbrida também contemplariam a mobilização crescente de unidades militares do Estado patrocinador da agressão, em um espectro que iria do emprego velado das forças especiais

até a deflagração de uma campanha militar convencional (Korybko 2018 [2015] 82).

A conexão existente entre campanhas político-informacionais e conflitos armados de baixa intensidade pode ser melhor compreendida à luz de seus alvos em comum. A possibilidade de transformação de uma revolução colorida em guerra não convencional é facilitada pela homologia de objetivos compartilhados nas duas fases da guerra híbrida: ambas visam atingir elementos centrais à coesão das coletividades, porém com economia de recursos e de capital político.

Para além disso, as formas veladas de envolvimento estatal nas fases da guerra híbrida teriam a vantagem de atuar como “catalisadores”, proporcionando dividendos mais rapidamente. Isso porque os esforços do Estado agressor são desviados do confronto direto com as forças de defesa e redirecionados para domínios com maior impacto sistêmico. Priorizam-se, nesse registro, ações de interferência externa, campanhas de desinformação, sabotagem e investidas armadas de baixa intensidade, o que tenderia a dificultar respostas apropriadas ao pressionar e confundir o processo decisório do Estado agredido.

REVOLUÇÕES COLORIDAS: ORIGEM E DIFUSÃO DO FENÔMENO

No início da seção anterior retomamos a trajetória do conceito de guerra híbrida. Entre suas duas linhagens, norte-americana e russa, a segunda se destacaria por sua amplitude, com ênfase em aspectos políticos e socio-culturais, para além das preocupações securitárias clássicas. Mencionamos a importância de uma série de eventos políticos nos países vizinhos à Rússia para a reformulação de estratégias de segurança interna e política externa dessa nação. A centralidade de tais eventos na consolidação de uma doutrina de defesa atenta ao lado não bélico dos conflitos exige que nos detenhamos mais sobre o assunto.

A atenção de autoridades do Kremlin para agitações populares nos países do extinto Pacto de Varsóvia remonta ao fim da década de 1990. No limiar do século XXI, representantes das estruturas burocrático-partidárias consolidadas ainda no período soviético encontravam-se sob pressão para promover avanços na partilha de poder com grupos oposicionistas. Crescia entre as camadas médias urbanas a insatisfação com a perpetuação de lideranças remanescentes do período anterior à queda do muro de Berlim. A crescente inserção econômica das antigas “repúblicas populares” nas cadeias globais de valor, sobretudo mediante integração com a União Europeia, instigava demandas pela liberalização política. Em paralelo, chancelarias ocidentais e instituições multilaterais encaravam a abertura

política como *conditio sine qua non* para a inserção desses Estados na ordem global liberal do pós-Guerra Fria.

A primeira sólida manifestação desta confluência entre insatisfação popular crescente e pressões político-diplomáticas tomou as ruas de Belgrado entre setembro e outubro de 2000, por ocasião da eleição presidencial iugoslava. Após os resultados eleitorais indicarem a necessidade de realização de segundo turno entre o mandatário sérvio, Slobodan Milosevic, e o representante oposicionista, Vojislav Kostunica, protestos diários, organizados sobretudo por lideranças estudantis, forçaram a renúncia do mandatário sérvio em 05 de outubro, acusado de fraudar o pleito. Cinco dias mais tarde, em 10 de outubro, nova contagem de votos apurou vitória em primeiro turno de Kostunica pela exígua marca de 50,2%.

No decurso dos eventos que culminaram na queda de Milosevic, teve destaque, em particular, a atuação do grupo estudantil *Otpor!* (“Resistência!”, em português), cujo nome e seu símbolo (o desenho em preto e branco de um punho erguido com a mão fechada) foram presença constante nas manifestações de rua em Belgrado. As autoridades da antiga Iugoslávia e seus aliados, porém, não viam no *Otpor!* apenas uma agremiação de jovens engajados politicamente; viam, sobretudo, os vínculos que desde a criação do movimento, em 1998, suas lideranças possuíam com representantes de governos estrangeiros e instituições não governamentais.

Ao encontro de tais preocupações, dois meses após a queda de Milosevic a proximidade entre membros da oposição sérvia e instituições ligadas ao governo norte-americano foi explorada em matéria publicada pelo *The Washington Post* (2000). A reportagem trouxe à tona a consultoria fornecida por quadros do Partido Democrata à oposição sérvia ainda no ano de 1999, quando a ideia de uma chapa unificada teria sido sugerida aos opositores de Milosevic como a alternativa mais viável para derrotá-lo. Além disso, durante as eleições, a plataforma oposicionista foi assessorada por especialistas ligados ao *National Democratic Institute for International Affairs* (NDI) em como conduzir pesquisas eleitorais e *surveys* de opinião pública, além de terem sido auxiliados na organização de uma contagem paralela de votos no primeiro turno da eleição presidencial.

Embora a reportagem mencione especificamente o envolvimento do NDI, hoje é sabido que a participação estadunidense na estruturação da oposição iugoslava não observou matiz partidário. A contraparte republicana do NDI (*International Republican Institute* – IRI) mantinha canal de diálogo com as lideranças do *Otpor!* desde os primórdios do movimento.⁴

A presença dos institutos de relações internacionais de ambos os partidos que dominam a política norte-americana não deve ser subestimada. Tanto o NDI quanto o IRI vinculam-se ao aparato estatal dos EUA pelos seus laços

financeiros com o *National Endowment for Democracy* (NED). Embora formalmente classificado como uma organização não governamental, o NED, criado em 1983 pelo governo Ronald Reagan para a promoção de valores democráticos no exterior, atua na prática em consonância com diretrizes da política externa norte-americana, recebendo dotação orçamentária específica via Departamento de Estado e estando sujeito ao controle congressional. Parcialmente privado, parcialmente estatal, o NED seria qualificado com mais exatidão como uma organização “quase-governamental”. Desde sua concepção, a atuação do NED tem se revelado instrumentalmente útil para o exercício indireto de influência política sobre núcleos da sociedade civil de países cujos regimes são encarados pelo Departamento de Estado como “não democráticos” ou “totalitários” (Robinson 1996).

A importância dos eventos políticos que culminaram na queda de Milosevic para a discussão aqui proposta reside no fato de que muitos elementos presentes na conjuntura sérvia foram replicados em protestos antigovernamentais em outras antigas repúblicas sob a esfera de influência russa. A renúncia de Eduard Shevardnadze, presidente da Geórgia, em 2003, e a derrota eleitoral em segundo turno de Viktor Yanukovitch nas eleições presidenciais da Ucrânia, em 2004, foram eventos políticos que se sucederam a dias de intensos protestos de rua nos principais centros urbanos de ambos os países.

Tais mobilizações ancoraram-se em estratégias de organização e comunicação semelhantes àquelas já vistas na ex-Iugoslávia. Primeiro em Belgrado, depois em Tbilisi e em Kiev, os organizadores dos protestos visaram dar unidade a um movimento opositorista a princípio multifacetado por meio de vestimentas com cores específicas, uso de bandeiras e *slogans* de fácil memorização, geralmente referenciados em símbolos nacionais. Esses ciclos de revolta popular passaram a ser referidos por analistas políticos da Europa Oriental como revoluções “coloridas” – termo que aponta para a importância da imagética e do simbolismo nos processos de mobilização de massas (Berzina 2014, 3).

O que torna, todavia, a queda de Milosevic um “modelo” para as chamadas revoluções coloridas vai além de um possível aprendizado de lideranças opositoristas de países vizinhos partindo da observação do que ocorrera anos antes em Belgrado. Após o triunfo da coalizão contrária a Milosevic, muitas de suas lideranças passaram a atuar de forma transnacional, assessorando e treinando, mediante financiamento externo, ativistas envolvidos em campanhas antigovernamentais.⁵

Para as autoridades constituídas do Leste Europeu e da Ásia Central, a eclosão da chamada Revolução Laranja na Ucrânia, em novembro de 2004 (um ano após os eventos na Geórgia), representou um alerta sobre

os perigos associados à intersecção entre insatisfação popular, atuação de organizações não governamentais de base estrangeira e pressões político-diplomáticas.

O sucesso da revolução colorida ucraniana, ao repetir o *script* de suas antecessoras, foi encarado como confirmação de que estaria em curso uma estratégia abrangente de intervenção euro-americana no espaço pós-soviético. Na Rússia, em especial, o receio de um “efeito dominó” sobre as repúblicas vizinhas teve profundas repercussões entre a elite política nacional (Herd 2005, 5). A presença regional das instituições “quase-governamentais” (*i.e.*, das organizações não governamentais financiadas por subvenções do Departamento de Estado, via NED) passou a ser percebida como uma ameaça direta à segurança nacional. No Quirguistão, as atividades da *Freedom House* foram proibidas; países como o Uzbequistão e a própria Rússia adotaram legislações mais severas para controlar as atividades de atores estrangeiros em seu território (Petric 2008, 18).

Oscar Jonsson (2019) argumenta que, no caso da Rússia, o temor das revoluções coloridas foi progressivamente incorporado pelo *establishment* militar, após uma primeira disseminação, mais rápida, ter se restringido às elites políticas, na esteira da Revolução Laranja. Se, por um lado, menções ao perigo de expansão da “onda colorida” já se encontravam presentes na Doutrina Militar da Federação Russa formulada em 2010, por outro, foi somente na revisão doutrinária de 2014 que tais eventos assumiram centralidade na formulação de políticas de defesa (Jonsson 2019 145). De acordo com Jonsson, no processo de assimilação da temática pelos estratos militares teve peso a chegada dos protestos pró-europeístas às ruas de Moscou e São Petersburgo, por ocasião das eleições parlamentares de dezembro de 2011 – mas também, e sobretudo, os desdobramentos violentos da Primavera Árabe na Líbia e na Síria (Jonsson 2019 138), nações cujos regimes possuíam boas relações com o Kremlin.

A *débâcle* de Muammar Gaddafi na Líbia, em outubro de 2011, capturado e assassinado pelos rebeldes, foi o ápice de uma longa campanha cujas primeiras manifestações de insatisfação popular, ainda em janeiro, já nasceram mescladas a incursões armadas. A conjuntura líbia provou-se particularmente explosiva ao combinar a revolta civil ao jihadismo islâmico; somou-se a isso a crescente presença estrangeira encoberta, via OTAN e Conselho de Cooperação do Golfo, tanto no suporte logístico-financeiro quanto na infiltração de operativos das forças especiais em apoio à campanha insurgente (Moniz Bandeira 2018 [2013], 281-282). A participação estrangeira ampliou-se com o início dos bombardeios da aliança atlântica sobre os sistemas de defesa e as infraestruturas críticas da Líbia a partir de 23 de março daquele ano.

A intervenção militar da OTAN no conflito líbio teve como justificativa oficial a necessidade de se fazer cumprir a Resolução nº 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), aprovada dias antes, em 17 de março. O documento previa o estabelecimento de uma zona de interdição no espaço aéreo líbio, no intuito de proteger civis de eventuais ataques perpetrados pelo regime de Gaddafi. Segundo Moniz Bandeira (2018 [2013], 373), a controversa interpretação do documento pela OTAN, sob a luz da doutrina da “Responsabilidade de Proteger” (RtoP, na sigla em inglês), teve influência duradoura sobre a atuação da Rússia e da China no CSNU. A abstenção destes países na votação da Resolução nº 1973 não foi repetida posteriormente, quando a deterioração do quadro sociopolítico na Síria levou reiteradas vezes ao CSNU a discussão de resolução similar para o caso sírio. A invocação da RtoP passou a ser lida pelas chancelarias em Moscou e Pequim como artifício para acelerar a mudança de regime em nações antagônicas à OTAN.

A evolução da conjuntura conflitiva no norte da África e no Oriente Médio colocou em evidência o potencial de desdobramento para o plano militar de protestos políticos generalizados, algo que não fora visto quando da eclosão das revoluções coloridas no Leste Europeu e na Ásia Central. O apoio político-diplomático aos rebeldes, depois transformado em assessoramento em campo, suporte logístico e financiamento da atividade insurgente; a infiltração de forças especiais e de inteligência; e, por fim, o esforço de se invocar o direito internacional humanitário, pelo subterfúgio da RtoP, para intervir militarmente, compôs o quadro no qual a instrumentalização da sublevação popular tornou-se uma das principais preocupações para as autoridades russas. É desta sobreposição entre as lições extraídas das revoluções coloridas no espaço pós-soviético e a progressiva militarização da Primavera Árabe que emerge uma visão integrada entre métodos de interferência externa e uso da força, compondo o enquadramento analítico da guerra híbrida.

A transição da instabilidade sociopolítica para a guerra civil, na Líbia e na Síria, delineou uma conjuntura propícia ao florescimento de novas reflexões sobre um tema que é, por certo, antigo: a relação entre a consecução de objetivos políticos e a prática da guerra. A discussão sobre a existência e a natureza da guerra híbrida, porém, não se reduz a uma variação contemporânea da máxima clausewitziana da guerra como continuação da política por outros meios. Ao se trabalhar com a hipótese de uma assunção gradativa de cenários conflitivos para o domínio militar, tanto na escala quanto na forma, o dualismo paz/guerra, simplificador por si mesmo, é enriquecido por uma miríade de formas de engajamento *aquem* da guerra, mas *além* da política convencional. Entra-se, aqui, no domínio da “zona cinzenta”,⁶

no qual o engajamento estatal no campo externo ultrapassou a interação político-diplomática, mas ainda não opera plenamente na lógica da guerra (Votel et al. 2016, 102).

A ideia de uma zona cinzenta entre a paz e a guerra, a ser explorada na consecução de objetivos políticos, reitera a compreensão da guerra híbrida formulada ainda na introdução, quando afirmamos o seu caráter intersticial, posicionando-a entre a opção bélica *stricto sensu* e as medidas tradicionais de pressão próprias à política internacional. Aproximando os dois conceitos, poderia ser dito que a guerra híbrida é a estratégia apropriada à atuação estatal na zona cinzenta; ela seria, nesse sentido, o mecanismo pelo qual se interconectam domínios que, apesar de não serem ontologicamente distintos, frequentemente são trabalhados pelo aparato estatal como se assim o fossem. Aqui residiria a vantagem estratégica do emprego conjunto e controlado de recursos de poder inerentes à guerra híbrida: na medida em que a ação hostil passa a ser difusa e de difícil enquadramento, a resposta estatal à ameaça também não é de fácil elaboração.

No contexto ambíguo da zona cinzenta, o ponto de contato entre as duas principais dimensões que ali se misturam – a política e a militar – é fornecido pela presença velada em campo de unidades das forças de operações especiais. Sua mobilização sinalizaria a intenção do Estado promotor da campanha híbrida em assumir maior comprometimento de seus recursos de poder na conjuntura conflitiva. Ao se acionar as forças de operações especiais, abre-se caminho à escalada militar mediante a prática da guerra não convencional. Aqui a ação direta armada já se torna possível; inicialmente, contudo, a ação direta é preterida por formas de engajamento com menor risco político de exposição do envolvimento estatal, visando, assim, negar envolvimento nas ações de desestabilização da entidade-alvo.

A guerra não convencional não representa uma ruptura com eventuais formas de pressão sociopolítica previamente adotadas, mas antes se alinha a elas. Haveria um *continuum* entre a atuação política e a militar, e o seu ponto intermediário seria a mobilização das forças especiais para promover ou incrementar uma campanha militar assimétrica, cujos desdobramentos poderiam abrir as portas à intervenção armada convencional – ou seja, à guerra propriamente dita.

O papel de ligação de um extremo ao outro, reservado à guerra não convencional, é reconhecido pelos agentes responsáveis por concretizá-la na prática. Brian Petit, ex-oficial do Exército dos EUA e instrutor de operações especiais, afirma que a mobilização velada de operativos militares em cenários de convulsão social seria um desdobramento natural do engajamento estatal em um determinado contexto conflitivo, pois tanto os

rebeldes locais quanto o componente militar estrangeiro teriam um mesmo objetivo: “coagir, obstruir ou derrubar um governo” (Petit 2012, 24; tradução nossa).

Esse ponto de vista é congruente com a doutrina oficial das Forças Armadas norte-americanas quanto ao assunto. Com efeito, o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos elenca a guerra não convencional como uma de suas atividades essenciais, definindo sua prática nos seguintes termos: “ações dedicadas a habilitar um movimento de resistência ou de insurgência para coagir, obstruir ou derrubar um governo ou uma força de ocupação” (United States Special Operations Command s/d; tradução nossa). Tais ações seriam estruturadas de acordo com uma escala de fortalecimento do poder paralelo que se visa organizar – escala essa que vai da desobediência civil à guerra aberta pelo controle estatal. A imagem a seguir (Figura 1), extraída de um manual de guerra não convencional (United States Army Special Operations Command 2016, 9), ilustra os diversos níveis de atuação dos movimentos de insurgência assessorados ou estruturados por unidades das forças especiais.

Importa reter aqui a proximidade entre essa concepção da guerra não convencional e o conceito de guerra híbrida delineado ao longo do artigo. De fato, embora a ideia de guerra híbrida, em seu sentido abrangente, nasça no interior do pensamento geoestratégico russo (*gibridnaya voyna*⁷), deve-se considerar a possibilidade de um mesmo fenômeno estar sendo abordado sob rótulos distintos. Se, por um lado, o conceito de guerra híbrida é utilizado com frequência entre analistas norte-americanos, já foi frisado que, por outro, seu emprego costuma estar restrito às menções sobre a guerra assimétrica travada por exércitos regulares em territórios nos quais civis, militares, rebeldes, terroristas, atores estatais e entidades paraestatais se mesclam e se confundem. Assim, considerações de ordem política, social ou informacional não assumiriam protagonismo.

Contudo, esses elementos ausentes na compreensão norte-americana da guerra híbrida parecem sobressair no que se refere à guerra não convencional. O que se depreende da doutrina oficial apresentada acima é que a prática da guerra não convencional é encarada pelos estratos militares estadunidenses como a integração, em um mesmo ciclo, das fases política e militar de uma estratégia híbrida de atuação no cenário internacional.

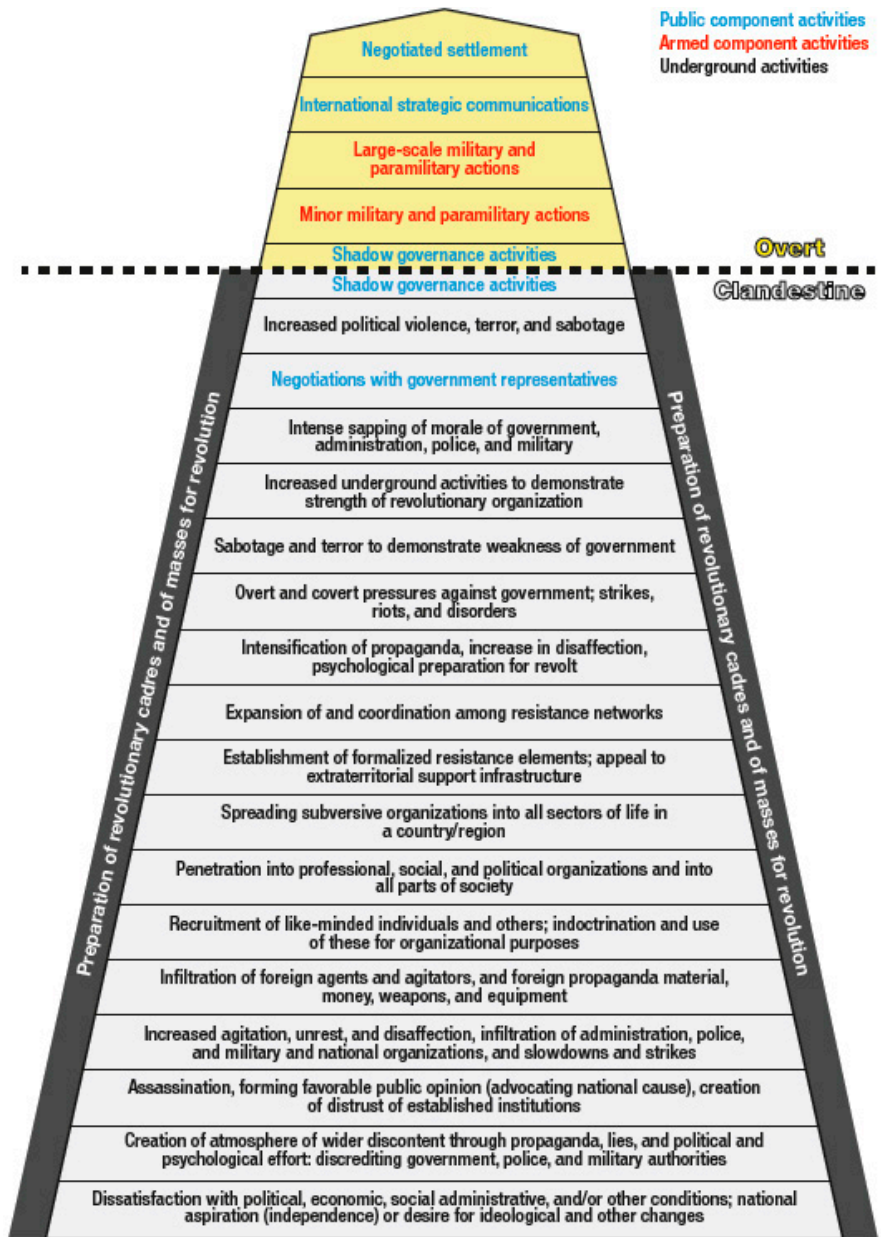


Figura 1 — Escala de atuação de movimentos insurgentes, segundo o manual *Unconventional Warfare: Pocket Guide*.

Quer se chame guerra híbrida ou guerra não convencional, o fato seria, pois, o mesmo: a avaliação estratégica de mobilização de recursos de poder diversos, numa escala gradativa de comprometimento estatal, visando assegurar a consecução de objetivos sensíveis da agenda externa. Esta homologia entre concepções nacionais geoestratégicas a princípio distintas é um importante sinalizador de que o fenômeno da guerra híbrida (chame-se por esse nome ou não) existe enquanto ferramenta de intervenção externa, disponível aos Estados que são capazes de assumir os riscos de uma gradual escalada conflitiva em cenários de antagonismo.

ENSAIANDO CONTRAMEDIDAS

À luz dessa constatação, reveste-se da maior relevância a reflexão de Korybko a respeito das contramedidas concretas tomadas no âmbito do Estado russo, a partir das crises da Líbia, da Síria e da Ucrânia, para impedir a deflagração de uma revolução colorida em seu próprio território. Korybko (2016) as apresenta na forma de um programa de promoção da “Segurança Democrática”,⁸ do qual desejamos destacar três pontos.

Primeiro, a necessidade de identificar e expor ameaças híbridas de origem estrangeira ainda em seus estágios iniciais. Isso inclui conhecer as atividades e as formas de financiamento das organizações não governamentais (ONGs) que possuem atuação política, seja ela pública ou de bastidores. Efetivamente, nos últimos 15 anos o Estado russo passou a vigiar o funcionamento das ONGs dentro de seu território. Uma lei de 2006, que ficou conhecida como *NGO Law*, atribuiu a órgãos oficiais o dever de registrar e fiscalizar tais entidades, podendo negar-lhes o direito de funcionar em casos específicos, como quando seus objetivos “geram ameaça à soberania, à independência política, à unidade nacional, à herança cultural e aos interesses nacionais da Federação Russa” (Human Rights Watch 2008, 32).

Em 2012, na sequência dos protestos pró-europeístas ocorridos nos principais centros urbanos da Rússia, foi aprovada legislação específica sobre o assunto, conhecida como “Lei de Agentes Estrangeiros” (Ostroukh and Heinrich 2012). Nela estabeleceram-se novas condições para as organizações que desempenhassem atividades de natureza política e recebessem financiamento do exterior. Além da obrigação de se registrarem perante os órgãos oficiais como “agentes estrangeiros”, mediante entrega de documentação específica, as exigências tornaram-se mais estritas quanto à apresentação de relatórios e informações, inclusive acerca do financiamento, e tornou-se obrigatório incluir em todas as publicações das entidades assim classificadas um aviso, informando ao público tratar-se de material divulgado por um “agente estrangeiro” (Richter 2020, 7).

Em 2015, nova medida legislativa concedeu a autoridades do Judiciário o poder de declarar “indesejáveis” e de ordenar o fechamento de organizações que não cumprissem determinados quesitos (Richter 2020, 10). Naquele mesmo ano e no seguinte, à luz da nova lei, foram declaradas “indesejáveis” na Federação Russa as seguintes ONGs sediadas nos EUA: *Open Society Foundations*; *Open Society Institute Assistance Foundation*; e *Media Development Investment Fund*. Também foram atingidos pela medida legislativa o *National Endowment for Democracy* (NED) e os institutos partidários por ele subvencionados: *International Republican Institute* (IRI), do Partido Republicano, e *National Democratic Institute for International Affairs* (NDI), do Partido Democrata norte-americano (Ministério da Justiça da Federação Russa 2020). No ano de 2017, outra revisão na legislação passou a permitir a classificação de indivíduos, e não apenas de organizações, como “agentes estrangeiros”.

Desde então, essa série de restrições tem ensejado críticas ao governo russo por constranger a atuação de entidades não-governamentais no país (RFE/RL 2012; Council of Europe 2015; Dixon 2021), chegando mesmo a inviabilizar o funcionamento de algumas delas, a exemplo da *McArthur Foundation*, que mesmo sem ter sido declarada “indesejável”, encerrou oficialmente suas atividades no território russo em 2015 (Rainsford 2015).

Entretanto, cabe notar que nos EUA, país de origem da maior parte das organizações banidas pela nova legislação russa, existe, desde 1938, lei denominada *Foreign Agents Registration Act* (FARA), que define “agentes estrangeiros” – sejam indivíduos ou organizações – em termos semelhantes aos da legislação russa, obriga-os a registrar-se perante órgãos oficiais e estabelece penas para determinadas condutas. Exemplos marcantes de aplicação da FARA envolvem desde o processo contra o ativista norte-americano W. E. B. Du Bois, em 1951, por apoiar um comitê pacifista contrário à Guerra da Coreia (Lewis 2001, 548), até a decisão, de agosto de 2020, do Departamento de Estado norte-americano de considerar o Instituto Confúcio, órgão cultural ligado ao governo chinês, como uma “missão estrangeira” (Departamento de Estado dos Estados Unidos da América 2020). Em dezembro do mesmo ano, a Comissão Executiva do Congresso norte-americano para assuntos relacionados à China recomendou em seu relatório anual “atualizar e expandir as exigências da FARA para lidar com os desafios singulares colocados pelo governo chinês”, com destaque para o papel do Instituto Confúcio (Congresso dos Estados Unidos da América 2020, 35).

Constata-se, portanto, que a adoção de medidas legais para o monitoramento de possíveis agentes promotores da interferência externa não decorre de preocupação existente somente na Rússia de Vladimir Putin; e

tampouco pode ser reduzida à categoria de legislação intrinsecamente “autoritária” – embora possa haver abusos em seu emprego, sobretudo quando aplicada a indivíduos. A despeito desta possibilidade, não se deve menosprezar o papel de instrumentos legais como a FARA ou a Lei de Agentes Estrangeiros para a atividade de controle e monitoramento estatal da interferência externa, dentro de parâmetros precisos.

O segundo ponto do programa de contramedidas destaca a necessidade de responder de maneira adequada às situações de instabilidade que marcam a etapa de deflagração das revoluções coloridas. No contexto russo, a criação da Guarda Nacional Russa, no ano de 2016, foi uma resposta prática a esse desafio.

A Guarda Nacional Russa é uma instituição militar independente das Forças Armadas e vinculada diretamente ao Presidente da Federação Russa. Entre suas atribuições encontram-se: fiscalizar o comércio de armas; proteger instalações críticas e edifícios governamentais; auxiliar na proteção de fronteiras; enfrentar o crime organizado, o terrorismo e o extremismo; e zelar pela ordem e pela segurança pública (Roslan 2017, 91). Analistas euro-americanos não deixaram de destacar que a criação da Guarda constituiu resposta de Moscou ao receio de uma revolução colorida em seu território (Middle East Media Research Institute 2017; Gresh 2020). Tal interpretação foi corroborada pelo próprio chefe da Guarda, Viktor Zolotov, em entrevista concedida em 2017 (Jonsson 2019, 146), e também por um de seus conselheiros, Yuri Baluyevsky, que incluiu de forma explícita entre os objetivos da instituição o de, “em última instância, evitar revoluções coloridas” (Jonsson 2019, 146).

Observar a relação entre esse objetivo e as atribuições específicas da Guarda permite apreciar a importância conferida pelo establishment de inteligência, defesa e segurança russo, após 2014, à etapa de deflagração das revoluções coloridas. A lógica – conforme a experiência derivada sobretudo dos casos líbio, sírio e ucraniano – consistiu em desenvolver e integrar as instituições estatais capazes de evitar a instrumentalização de manifestações populares a partir do exterior. Naqueles três contextos nacionais, a instabilidade política deflagrada pelos protestos se metamorfoseou em desintegração sistêmica tão logo entraram em cena organizações paramilitares apoiadas por potências estrangeiras – radicais islâmicos, na Líbia e na Síria; organizações neonazistas, na Ucrânia – e grupos armados infiltrados a partir de países vizinhos (Moniz Bandeira 2016, 157; 175; 297; 358; 398). Supridos pelo contrabando de armas, munições e explosivos, tais grupos puderam combater as forças estatais, realizar sabotagens e tomar instalações produtivas, meios de transporte e edifícios governamentais (Moniz Bandeira 2016 296; 384-385). Assim, por intermédio do caos,⁹ forçou-se o

realinhamento político daqueles países, cujos regimes, atingidos pela estratégia híbrida de intervenção, mostravam-se hostis aos interesses geoestratégicos euro-americanos.

Por fim, ao lado das contramedidas legais e institucionais de ordem estatal, é preciso destacar, sob o aspecto cultural, a recomendação de estabelecer “salvaguardas civilizacionais” (Korybko 2018 [2015], 98-99). Isto é, promover um pertencimento nacional inclusivo, de modo a minimizar as chances de que clivagens sociais sejam exploradas por agentes estrangeiros adversos como parte de campanhas híbridas.¹⁰

Quanto a este ponto, ao delinear um programa de contramedidas com base na experiência russa, Korybko (2016) sugere promover o engajamento político, sobretudo da juventude, por intermédio de organizações refratárias à influência de governos estrangeiros. Sua tradução mais direta na política russa recente foi o movimento Nashi (“Os Nossos”, em russo), fundado em 2005. O Nashi consistiu numa organização de jovens com caráter patriótico vinculada a figuras relevantes da administração Putin, a exemplo de seu ex-conselheiro Vladislav Surkov, e cumpriu o papel de juventude do movimento político de Putin (Atwal and Bacon 2012). O Nashi, todavia, teve existência curta. A partir de 2008, passou por um processo de fragmentação e em 2012 deixou de atuar. Seu principal objetivo teria sido servir de contraponto ao surgimento de movimentos juvenis com atuação pró-ocidental, tais como aqueles que protagonizaram as revoluções coloridas no espaço pós-soviético.¹¹ Um dos impulsos para promover o Nashi, portanto, decorreu da importância crescente da política de rua na Rússia na década de 2000, interpretada através do prisma da ameaça das revoluções coloridas (Atwal and Bacon 2012 264-265).

CONCLUSÕES

A persistência dos efeitos desestabilizadores da guerra não convencional na Líbia e na Síria já seria motivo suficiente para afirmarmos a atualidade do fenômeno da guerra híbrida e a necessidade de clareza quanto ao seu conteúdo. Como a investigação em tela aponta para a inclusão do Brasil nesta agenda de pesquisa? No contexto brasileiro, o conceito de guerra híbrida compreende ações que, no mínimo, caracterizariam ameaça de interferência externa, em conformidade com a Política Nacional de Inteligência — PNI (Brasil, 2016). Situada para além do domínio tradicional da pressão político-diplomática, mas aquém do engajamento bélico convencional, a guerra híbrida ocupa uma zona cinzenta na qual a face “oculta” dos Estados se manifesta. Ela desponta, pois, como uma forma não linear de intervenção no campo externo à disposição dos Estados: median-

te o seu emprego, potências globais e regionais buscam projetar poder com economia de recursos e de capital político.

Ao se observar o caso da Ucrânia, constata-se que um estudo comparativo sobre estratégias híbridas de intervenção estatal requer atenção especial às revoluções coloridas enquanto etapa precoce das guerras híbridas. Partindo do enquadramento heurístico fornecido por Korybko (2018 [2015]), argumentamos que as revoluções coloridas são eventos securitários de alto risco, com potencial de escalada para um conflito assimétrico, podendo dar espaço à intervenção militar estrangeira.

Não se deve negligenciar, portanto, o risco de rápida progressão nas etapas da “abordagem indireta adaptativa” (Korybko (2018 [2015])). Contudo, em um país com as características do Brasil, uma possível escalada da revolução colorida para o conflito assimétrico seria especialmente custosa e arriscada para o Estado estrangeiro que a promovesse. Potências estrangeiras interessadas em promover mudança de regime no Brasil tenderiam, assim, a investir recursos para organizar, treinar e financiar atores locais capazes de levar a cabo uma revolução colorida “pacífica” exitosa – com desfecho institucional, tal como uma renúncia ou um processo de impeachment –, em detrimento de arriscarem desdobrar a estratégia de interferência para o terreno bélico.

Assumindo essas premissas para o caso brasileiro, sustentamos que, sob eventual ataque híbrido, a etapa de revolução colorida se revelaria como o momento chave para adoção de medidas de neutralização de formas complexas de interferência externa. Ademais, devido aos elevados riscos implicados nas ameaças híbridas, a formulação de contramedidas e a coordenação de ações estatais constituem tarefa inadiável. Finalmente, uma vez que tal atuação, desde a detecção de ameaças até sua neutralização, situa-se no plano sociopolítico, muito aquém do engajamento bélico e tendo como objetivo justamente evitá-lo, concluímos que a estrutura de Inteligência de Estado, mediante o Sistema Brasileiro de Inteligência, seria o locus próprio a tal empreitada.¹²

O exame das contramedidas adotadas pela Federação Russa nos últimos anos deixa claro que o conteúdo de qualquer proposta desenhada para neutralizar ameaças híbridas em um determinado país deve corresponder às suas especificidades e aos aspectos dinâmicos de sua conjuntura sociopolítica. Os pontos elencados por Korybko, dessa forma, não constituem um “manual”, mas sim um ponto de partida que, se bem aproveitado, poderia alavancar debates nos meios especializados e conduzir ao desenvolvimento de um programa adequado à realidade e às pretensões brasileiras, em conformidade com a PNI e demais marcos legais e doutrinários nos campos de Defesa e Segurança.

Para tal empreendimento, contudo, devem colaborar especialistas das mais diversas áreas, sendo necessário ampliar o contato entre, de um lado, as universidades e centros de pesquisa de excelência; e, de outro, as instituições estatais com atribuições securitárias, sobretudo na área de Inteligência de Estado. Somente será possível conciliar Segurança e Democracia se for rompido, pelo engajamento conjunto da comunidade acadêmica e da burocracia estatal, o relativo isolamento dos órgãos e instituições em que são produzidas e implementadas as políticas da área. Este artigo terá cumprido seus objetivos se contribuir não apenas para aprimorar o debate sobre guerras híbridas em língua portuguesa, mas também, e sobretudo, se puder estimular tal colaboração, em proveito da defesa do Brasil frente às diversas formas de ameaças híbridas que permeiam o ambiente securitário internacional.

REFERÊNCIAS

Arquilla, John, and David Ronfeldt. 2001. "The Advent of Netwar (Revisited)." In *Networks and Netwars: The Future of Terror, Crime, and Militancy*, edited by John Arquilla, and David Ronfeldt. Santa Monica, USA: Rand Corporation.

Atwal, Maya, and Edwin Bacon. 2012. "The Youth Movement Nashi: Contentious Politics, Civil Society, and Party Politics." *East European Politics* 28, no. 3: 256–66.

Berzina, Ieva. 2014. *Color Revolutions: Democratization, Hidden Influence, or Warfare?*. Riga, Latvia: National Defense Academy of Latvia.

Brasil, República Federativa do. 2016. "Política Nacional de Inteligência". *Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016*. Brasília.

Congresso dos Estados Unidos da América. 2020. "Annual Report 2020." *Congressional-Executive Commission on China*. Washington, USA: Government Publishing Office. <https://tinyurl.com/a5ceva9u>.

Cordesman, Anthony. 2014. *Russia and the "Color Revolution": a Russian Military View of a World Destabilized by the US and the West*. Washington, USA: Center for Strategic & International Studies.

Council of Europe. 2015. "Council of Europe Commissioner for Human Rights reiterates his call to bring Russian NGO legislation in line with European standards". *Council of Europe Commissioner for Human Rights* (July 9). Strasbourg, France. <https://tinyurl.com/8c762fk3>.

Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. 2020. “Confucius Institute U.S. Center’ designation as a foreign mission”. *United States Department of State, Office of the Spokesperson* (August 13). <https://tinyurl.com/nzkhcbay>.

Dixon, Robyn. 2021. “Russia’s ‘foreign agent’ law now threatens rights group that survived even Soviet pressures.” *The Washington Post* (April 3).

Dourado, Maria Eduarda Buonafina et al. 2020. “Guerra híbrida vs. Gibridnaya vojna: os diferentes significados dos conflitos híbridos para o Ocidente e para a Rússia”. *Revista da Escola de Guerra Naval* 26, no. 1 (January/April): 39–64.

Fridman, Ofer. 2018. *Russian “Hybrid Warfare”: Resurgence and Politicisation*. Oxford, UK: Oxford University Press.

Genté, Régis. 2008. “Des Révolutions Médiatiques”. *Hérodote* 129: 37–68.

Gresh, Jason P. 2020. “Rosgvardiya: Hurtling Towards Confrontation?” *Center for Strategic and International Studies (CSIS)*. CSIS Blogs – The Post-Soviet Post (September 21). <https://tinyurl.com/4yy8shekc>.

Herd, Graeme P. 2005. “Colorful Revolutions and the CIS: ‘Manufactured’ versus ‘Managed’ Democracy?” *Problems of Post-Communism* 52, no. 2: 3–18.

Hoffman, Frank G. 2007. *Conflict in the 21st Century: The Rise of Hybrid Wars*. Arlington, USA: Potomac Institute for Policy Studies.

Hoffman, Frank G. 2018. “Examining Complex Forms of Conflict: Gray Zone and Hybrid Challenges.” *PRISM* 7, no. 4: 31–47.

Human Rights Watch. 2008. “Choking on bureaucracy: State curbs on independent civil society activism.” *Human Rights Watch* 20, no. 1 (February). <https://tinyurl.com/49hd62s4>.

Jonsson, Oscar. 2019. *The Russian Understanding of War: Blurring the Lines Between War and Peace*. Washington, EUA: Georgetown University Press.

Korybko, Andrew. 2018 [2015]. *Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes*. São Paulo: Expressão Popular.

Korybko, Andrew. 2016. “Hybrid Wars and Democratic Security.” *Geopolitika.ru* (June 12). <https://tinyurl.com/6nxnuu77>.

Korybko, Andrew. 2017. *The Law of Hybrid War: Eastern Hemisphere* [Kindle Edition].

Lanoszka, Alexander. 2016. "Russian Hybrid Warfare and Extended Deterrence in Eastern Europe." *International Affairs* 92, no. 1: 175–95.

Lewis, David Levering. 2001. *W.E.B. DuBois, 1919-1963: The fight for equality and the American century*. New York, USA: Owl Books.

Lind, William S. 2004. "Understanding Fourth Generation War." *Military Review* (September/October): 12–6.

Lind, William S. et al. 1989. "The Changing Face of War: into the Fourth Generation." *Marine Corps Gazette* 73, no. 10: 22–6.

Middle East Media Research Institute. 2017. "Adviser to Russia's National Guard Forces: war does not end, it pauses for a moment." *MEMRI Russia Special Dispatch*, no. 6978 (July 27). <https://tinyurl.com/2fj4yuux>.

Ministério da Justiça da Federação Russa. 2020. *Lista de Organizações Não-Governamentais estrangeiras e internacionais cujas atividades são reconhecidas como indesejáveis no território da Federação Russa*. Moscow, Russia. <https://tinyurl.com/wnn9yb86>.

Moniz Bandeira, Luiz Alberto. 2018 [2013]. *A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Moniz Bandeira, Luiz Alberto. 2016. *A Desordem Mundial: O Espectro da Total Dominação – Guerras por Procuração, Terror, Caos e Catástrofes Humanitárias*. Rio de Janeiro, Brazil: Civilização Brasileira.

NUST Institute of Policy Studies. 2021. *The New Century Dynamics of Hybrid Warfare*. Islamabad, Pakistan.

Organização do Tratado do Atlântico Norte. 2014. *Wales Summit Declaration* (September 5). <https://tinyurl.com/ycc4k3fk>.

Ostroukh, Andrey, and Mark Heinrich. 2012. Russia's Putin Signs NGO "Foreign Agents" Law. *Reuters* (July 21). <https://tinyurl.com/3383v5ke>.

Petit, Brian. 2012. "Social Media and Unconventional Warfare." *Special Warfare* (April-June): 20–8.

Petric, Boris. 2008. "À Propos des Révolutions de Couleur et du 'Soft Power' Américain." *Hérodote* 129: 7–20.

- Rainsford, Sarah. 2015. "US MacArthur Foundation leaves Russia amid legal crackdown". *BBC News* (July 22). <https://tinyurl.com/wpfvj79h>.
- Reisinger, Heidi, and Aleksandr Golts. 2014. "Russia's Hybrid Warfare: Waging War Below the Radar of Traditional Collective Defence." *NATO Research Paper* 105.
- RFE/RL. Radio Free Europe/Radio Liberty. 2012. Putin Signs NGO "Foreign Agents Law". *Radio Free Europe/Radio Liberty* (July 21). <https://tinyurl.com/zj-vpdfw4>.
- Richter, Andrei. 2020. "*Foreign Agents*" in *Russian Media Law*. Strasbourg, France: European Audiovisual Observatory.
- Robinson, William I. 1996. "Globalization, the World System, and 'Democracy Promotion' in U.S. Foreign Policy." *Theory and Society* 25: 615–65.
- Roslan, Grzegorz. 2017. "Rosgvard, the National Guards Russian Federation." *Security Forum* 1, no. 2: 87–95. <https://tinyurl.com/b7bm5txs>.
- Sussman, Gerald, and Sascha Krader. 2008. "Template Revolutions: Marketing U.S. Regime Change in Eastern Europe." *Westminster Papers in Communication and Culture* 5, no. 3: 91–112.
- The Washington Post. 2000. "U.S. Advice Guided Milosevic Opposition" (December 11). <https://tinyurl.com/bx2v756n>.
- Troeder, Elizabeth G. 2019. *A Whole-of-Government Approach to Gray Zone Warfare*. Carlisle, USA: United States Army War College Press.
- United States Army Special Operations Command. 2016. *Unconventional Warfare: Pocket Guide*, version 1.0 (April 5). <https://tinyurl.com/y9xaw5v9>.
- United States Special Operations Command. s/d. "Core Activities." <https://tinyurl.com/3yv9f9pt>.
- Votel, Joseph L. et al. 2016. "Unconventional Warfare in the Gray Zone." *Joint Force Quarterly* 80: 101–9.
- Wither, James K. 2016. "Making Sense of Hybrid Warfare." *Connections: The Quarterly Journal* 15, no. 2: 73–87.

NOTAS

1. A produção russa, embora extensa, é de pouco conhecimento fora do próprio país devido à escassez de traduções. Dentre as exceções, destacam-se os artigos publicados pelo *Voyennaya Mysl*, periódico vinculado às Forças Armadas da Rússia. Edições posteriores a 1992 contam, por vezes, com tradução para a língua inglesa.
2. Um resumo das apresentações realizadas na 3ª MCIS, com reprodução dos slides utilizados pelas principais autoridades presentes ao evento (incluindo Gerasimov), pode ser encontrado em Cordesman (2014).
3. Falamos aqui de “releitura” tendo em vista a já mencionada origem mais restrita do conceito de guerra híbrida, ligada aos desafios das Forças Armadas dos EUA nos *fronts* afegão e iraquiano. A relevância do aporte russo à discussão pode ser verificada, por exemplo, na opção de Fridman (2018) em não traduzir o termo *gibridnaya voyna* (“guerra híbrida”), distinguindo, assim, a literatura russa sobre guerra híbrida, com ênfase em aspectos sociopolíticos e informacionais, de sua contraparte norte-americana, voltada às implicações da irregularidade e da assimetria no campo de batalha. No Brasil, esse reconhecimento da especificidade da contribuição dos russos, assim como a opção de não traduzir o termo, foi replicada por Dourado et al. (2020).
4. Ver, nesse sentido, o depoimento de Robert Helvey, coronel reformado do Exército dos EUA, sobre sua missão de auxílio à organização da oposição iugoslava no documentário *How to Start a Revolution* (2011), dirigido por Ruaridh Arrow.
5. Destaque-se, uma vez mais, o protagonismo do *Otpor!*: em 2004, parcela das suas lideranças que não seguiu caminho na política da Sérvia pós-Milosevic organizou a criação do Centro para Ações e Estratégicas Não Violentas Aplicadas (Canvas, na sigla em inglês), cuja finalidade passou a ser o treinamento de ativistas de outros países. O trânsito do Canvas pelos países do Leste Europeu está bem documentado na literatura especializada sobre as transições de regime político nesta região (Genté 2008; Sussman and Krader 2008; Herd 2005).
6. O conceito de “zona cinzenta” tem sido explorado por estrategistas e acadêmicos militares norte-americanos para definir conjunturas operacionais ambíguas. Para uma revisão crítica do termo, consultar Hoffman (2018).
7. Termo russo para “guerra híbrida”. Sobre o porquê de se distinguir esse conceito da *hybrid warfare* norte-americana, consultar a nota 3.
8. O termo já foi associado a diversas acepções e o emprego que lhe dá Korybko não é consolidado na literatura. Aqui o utilizamos tão somente para fazer referência ao conjunto de medidas contrapositivas à guerra híbrida proposto pelo autor.
9. A promoção do caos “controlado” é favorável aos objetivos de *regime change*. Na guerra híbrida, o caos deriva da confusão induzida entre polos que,

do ponto de vista estatal, tendem a ser vistos por prismas binários (p. ex. atores estatais e não estatais; civis e militares). Nesse sentido, o caos pode ser encarado como subproduto da não linearidade própria às ameaças híbridas; ele dificulta a leitura dos fenômenos por parte dos tomadores de decisão responsáveis por formular e implementar medidas que neutralizariam tais ameaças.

10. Do ponto de vista dos regimes democráticos, tem-se aqui um grande desafio, visto que divisões sociais, culturais, étnicas e religiosas são inerentes a qualquer sociedade. Entendemos que o estabelecimento de tais “salvaguardas” deve sempre se pautar pelos valores associados ao Estado Democrático de Direito, afastando-se o risco de que as necessárias preocupações securitárias degenerem em pretextos para a repressão às demonstrações populares ou para a uniformização das formas de vida coexistentes numa mesma nação.
11. Destacam-se os já mencionados *Otpor!*, formado na ex-Iugoslávia, e *Kmara!*, atuante na Geórgia. Semelhantes no *modus operandi*, composição social e tendência pró-Occidente foram o *Pora!*, protagonista da Revolução Laranja, na Ucrânia, e o *KelKel*, atuante nos eventos que culminaram na Revolução das Tulipas, no Quirguistão.
12. A centralidade da coordenação interagências é tema consensual entre analistas procedentes de distintos matizes geoestratégicos (p. ex. Troeder 2019; NUST Institute of Policy Studies 2021). Há, contudo, indefinição na literatura quanto aos atores sobre os quais recairia a responsabilidade de coordenar tais trabalhos.

O QUE É “GUERRA HÍBRIDA”? NOTAS PARA O ESTUDO DE FORMAS COMPLEXAS DE INTERFERÊNCIA EXTERNA

RESUMO

Este artigo apresenta a trajetória do conceito de “guerra híbrida”, explorando suas potencialidades para a análise de formas complexas de interferência externa. Partindo da constatação de que o termo se difundiu de maneira acrítica no debate público desde 2014, busca-se recuperar sua origem e desenvolvimento no interior do pensamento geoestratégico e militar, visando a uma compreensão mais precisa do conceito. Trabalhada aqui como uma estratégia abrangente de atuação no campo externo, fundada na lógica de escalada progressiva do emprego de recursos de poder estatal em cenários de antagonismo, a guerra híbrida emerge como uma opção menos custosa, política e economicamente, para a consecução de objetivos de política externa — sobretudo a desestabilização política e a mudança de regime num país-alvo. O cenário de escalada conflitiva próprio da guerra híbrida é aqui exemplificado por dois fenômenos a ela associados: revolução colorida e guerra não convencional. A guerra híbrida teria, pois, duas faces, derivando sua complexidade das formas ambíguas pelas quais se relaciona com os polos político e militar. Conclui-se que essa relação pendular e intersticial própria da guerra híbrida impõe dificuldades às estratégias convencionais de resposta estatal às ameaças securitárias, exigindo uma melhor compreensão do fenômeno e atenção constante aos seus desdobramentos por parte das comunidades de inteligência e de defesa. Por fim, busca-se refletir sobre possíveis contramedidas estatais com potencial de neutralizar ameaças híbridas. Em suas conclusões, o artigo sintetiza como o estudo do caso brasileiro pode ser relevante para essa agenda de pesquisa.

Palavras-chave: Guerra Híbrida; Interferência Externa; Revoluções Coloridas.

ABSTRACT

This article presents the trajectory of the concept of “hybrid war” and aims to explore its potential for the analysis of complex forms of foreign interference. After remarking the expression has spread uncritically among the public debate since 2014, we try to assess its origins and development in military and strategical thought, in search of a more precise understanding of the concept. Defined here as a broad strategy for action in the international arena, based on the logic of progressive use of state power resources in scenarios of interstate antagonism, hybrid war emerges as a less costly alternative, in political and economic terms, for achieving foreign policy goals – ultimately, political destabilization and regime change in a target country. The escalation of conflict typical of hybrid wars is exemplified here by two phenomena: color revolutions and unconventional warfare. Thus, hybrid wars may have two facets, inheriting its complexity from the ambiguous ways it relates to the political and military spheres. We argue such pendular and interstitial nature poses challenges to conventional strategies of state response to security threats, thus demanding from the intelligence and security communities a better understanding of the phenomenon and constant attention to its unfolding. At last, we speculate about possible state countermeasures directed to neutralize hybrid threats. In its conclusion, the paper summarizes how the Brazilian case can be relevant to this research agenda.

Keywords: Hybrid War; Foreign Interference; Color Revolutions.

Recebido em 29/10/2021. Aceito para publicação em 17/05/2022.